

Deputados dos EUA expõem decisões sigilosas de Moraes

O Comitê Judiciário da Câmara dos Representantes dos EUA, equivalente a Câmara dos Deputados, tornou público um relatório contendo decisões de processos sigilosos do Supremo Tribunal Federal (STF) relacionados ao X (antigo Twitter) e outras plataformas de redes sociais. O documento divulgado na noite de quarta-feira, intitulado "O ataque à liberdade de expressão no Exterior e o silêncio do governo Biden: o caso do Brasil" destaca suposta "censura forçada" do governo brasileiro contra o X.

O material inclui 88 decisões do STF e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) determinando a retirada de perfis das plataformas. A maior parte (51) foi tomada pelo ministro Alexandre de Moraes em processos que tramitam sob sigilo no Supremo. Outras 37 são relativas ao TSE, que é presidido por Moraes desde agosto de 2022.

As medidas incluem ordens de Moraes para a suspensão de contas no X, Instagram e Facebook, com cerca de 150 contas sendo alvo de suspensão ou remoção da plataforma.

Segundo o jornal Folha de S.Paulo, a grande parte manda a plataforma derrubar contas na rede social sem estar acompanhada de fundamentação. Em poucos casos, aparece uma ordem do ministro do STF com embasamento jurídico para o bloqueio de perfis.

De acordo com os deputados do Partido Republicano, o relatório "expõe a campanha de censura do Brasil e apresenta um estudo de caso surpreendente de como um governo pode justificar a censura em nome do combate ao chamado discurso de ódio e à subversão da ordem".

Alvos

Conforme deputados republicanos, o governo brasileiro estaria "tentando forçar o X e outras empresas de redes sociais a censurar mais de 300 contas, incluindo as de Jair Messias Bolsonaro, o senador Marcos do Val (Podemos-ES) e a de Paulo Figueiredo, jornalista brasileiro". Mas Bolsonaro continua com seus perfis ativos nas redes.

Alguns dos perfis derrubados por ordem de Alexandre Moraes já são conhecidos. É o caso de perfis ligados ao empresário Luciano Hang, da Havan, dos blogueiros Allan dos Santos e Oswaldo Eustáquio, do ex-deputado federal cassado Daniel Silveira, do youtuber Monark e do ex-deputado federal Roberto Jefferson.

Nos casos acima, a acusação é a de que eles teriam divulgado versões falsas sobre fraudes em urnas, promovido ataques contra o STF e defendido até mesmo a edição de um novo AI-5, instrumento de supressão de garantias individuais durante a ditadura militar – caso de Silveira.

Outros, como os jornalistas Bernardo Küster e Paulo Figueiredo, foram acusados de incentivar os apoiadores de Bolsonaro a "romperem a normalidade democrática". No dia 8 de janeiro de 2023, centenas de manifestantes depredaram as sedes do Congresso e do STF e o Palácio do Planalto.

Alerta

Vários dos perfis derrubados pelas decisões de Moraes não parecem pertencer a figuras públicas. Numa das decisões, do dia 14 de dezembro de 2023, por exemplo, o ministro determinou a remoção de @NsmNews e @canedocando no X.

As decisões de Moraes pela desativação das contas foram tomadas ao longo dos últimos quatro anos no âmbito das investigações sobre milícias digitais e no inquérito das fake news, que apura ações orquestradas nas redes para disseminar informações falsas e discurso de ódio, com o objetivo de minar as instituições e a democracia.

O relatório do comitê enfatizou a necessidade de ação do Congresso dos Estados Unidos para proteger a liberdade de expressão, alertando que os ataques no Exterior são um aviso para os EUA.



Bate-boca público

O embate entre Elon Musk e Alexandre de Moraes acontece desde 6 de abril, quando o bilionário utilizou de seu perfil na rede X para acusar o ministro do STF de infringir a Constituição brasileira e promover censura. Além disso, ameaçou descumprir decisões judiciais.

No dia seguinte, o empresário voltou a atacar Moraes, afirmando que o ministro deveria renunciar a sua cadeira na Corte ou sofrer impeachment.

Em nota, o X alegou ter sido forçado, por decisões judiciais, a bloquear determinadas contas populares e que não sabe os motivos pelos quais as ordens de bloqueio foram emitidas.

Em resposta, o ministro incluiu Musk como investigado no inquérito das milícias digitais por "dolosa instrumentalização" do X.

No dia 8, o empresário repetiu o ato, chamando Moraes de "ditador" e afirmando que ele teria o presidente Luiz Inácio Lula da Silva "na coleira".

Em 10 de abril, Moraes se manifestou publicamente sobre a polêmica ao dizer que "talvez alguns alienígenas não saibam, mas passaram a aprender e tiveram conhecimento da coragem e da seriedade do Poder Judiciário brasileiro".

No dia 15, Musk voltou a atacar o magistrado, afirmando que ele exige que a sua rede social viole as leis brasileiras.

Ontem, após divulgação do relatório do comitê da Câmara dos Representantes, o bilionário publicou em sua rede social que "a lei quebrou a lei".



Ministro brasileiro é criticado pelo bilionário Elon Musk

São só ofícios, afirma o STF

O Supremo Tribunal Federal (STF) afirmou ontem que os documentos sigilosos vazados pela ala do Partido Republicano são apenas os ofícios enviados às plataformas para o cumprimento das ordens de remoção dos perfis, e não a íntegra das decisões devidamente fundamentadas que justificaram a medida.

"Todas as decisões tomadas pelo STF são fundamentadas, como prevê a Constituição, e as partes, as pessoas afetadas, têm acesso à fundamentação", diz comunicado divulgado à imprensa pela Secretaria de Comunicação do tribunal.

Os documentos divulgados reúnem mais de 500 páginas de ordens de Moraes.

A maior parte dos despachos mantém a mesma estrutura discursiva. O texto-padrão escrito pela equipe do ministro se repete em dezenas de atos, com prazo de duas horas para remoção dos perfis e multa diária de R\$ 100 mil.

Para explicar o modelo de atuação, o STF exemplificou que os despachos sigilosos divulgados seriam equivalentes a mandados de prisão – ou seja, o teor do documento apenas informa que uma ordem deve ser cumprida. A fundamentação jurídica apresentada pelo ministro para justificar as decisões são geralmente divulgadas em despachos separados, que não foram apresentados pelos deputados republicanos.